

CONJUNTURA

Crescer sem inflação é desafio de Itamar

Crise causou maior taxa de desemprego dos últimos anos, um PIB inferior ao de 1987 e salários 50% menores do que há sete anos

GLEISE DE CASTRO



O governo Itamar Franco herda de Fernando Collor uma combinação perversa de estagnação econômica com altas taxas de inflação. Dois anos de recessão, um confisco financeiro e dois congelamentos evitaram a hiperinflação mas não conseguiram domar a alta do custo de vida, que persiste hoje na faixa de 20%, a 25%, ao mês, sem sinais de recuo. Economistas estimam um crescimento econômico praticamente nulo neste ano, de até 0,3%, o que dá um Produto Interno Bruto (PIB) menor do que o de 1987.

A recessão profunda do governo Collor deixa também uma herança social explosiva, traduzida numa multidão de desempregados e numa população cada vez mais empobrecida. O desemprego chegou a 5,8%, da população economicamente ativa em abril, taxa mais alta dos últimos sete anos. Só na Grande São Paulo, havia, em agosto, 1,23 milhões de desempregados. E o salário real despencou para quase a metade do que valia em 1985.

O novo governo terá ainda de administrar uma dívida pública que voltou a crescer em ritmo acelerado, o que deixa pouco espaço para mexer na política de juros altos, necessária para financiar a rolagem de curto prazo. Em agosto, o total dos títulos federais fora do Banco Central chegou a 8,49% do PIB. Em janeiro correspondia a 4,17% do PIB.

Desafio — É consenso hoje, o que inclui até os mais ortodoxos, que é preciso abrandar a recessão, pois o País está pagando um preço alto demais para um resultado tão pequeno, o de segurar a inflação numa faixa extremamente alta. Uma taxa de 20% ao mês corresponde a 790% ao ano, enquanto na maior parte do mundo a inflação anual não passa de 10%. Mas num quadro econômico tão complicado, conciliar retomada do crescimento com controle da inflação não é tarefa fácil, e constitui o principal desafio a ser enfrentado por Itamar.

Se tentar diminuir a recessão, baixando os juros, a demanda aumenta e os preços ganham maior impulso, pressionando a inflação. Com ju-

ros pouco atrativos, também corre o risco de afastar os investidores de que precisa para financiar a dívida pública.

"Combinar reativação da economia com queda da inflação é uma coisa complicadíssima", diz Emilio Alfieri, assessor econômico da Associação Comercial de São Paulo. "É o primeiro grande desafio e o primeiro grande problema para o novo governo", concorda Sivaldo Aroni, presidente do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo. Para Alfieri, alternativas como congelamento e prefixação de preços e salários para segurar a inflação se comprovaram ineficazes e desastrosas.

Na opinião de Alfieri, o ideal é não fazer mudanças bruscas, deixando as medidas que permitam a retomada gradual do crescimento para o ano que vem, e concentrar os esforços numa reforma tributária de emergência que garanta ao governo caixa suficiente para atravessar o próximo ano.

Mais cético, Sivaldo Aroni acha que os interesses conflitantes das forças políticas que hoje dão sustentação ao novo governo não permitirão a adoção de um programa econômico mais abrangente. "O que dá para fazer é administrar a caixa do governo, adotar alguma reforma fiscal de emergência, diminuir um pouco os juros e tentar algum acordo para preços e salários", diz. "O caráter heterogêneo do apoio político deixa o novo governo numa verdadeira camisa de força e ele terá dificuldade de caminhar em qualquer direção."

Pontos positivos — De positivo, Itamar encontra uma economia que aos poucos volta a se inserir no mercado internacional e o reatamento das relações do País com a comunidade financeira mundial. O acordo com os credores privados para uma dívida de US\$ 49 bilhões não depende mais do Executivo. Os bancos trataram de apressar a assinatura do acordo enquanto Collor estava no governo, e sua conclusão fica agora por conta da aprovação do Senado. Recebe também reservas cambiais num valor estimado de US\$ 21 bilhões, quatro vezes maior do que o de 1990, o que aumenta a capacidade do País de pagar as contas no Exterior e funciona como garantia extra para controlar os preços internos, via aumento das importações, caso seja preciso.



Camisa de força

Interesses antagônicos são apontados por Aroni como empecilho para as mudanças na economia

As opções do novo governo

Alternativas de que dispõe para conduzir a economia

PROPOSTAS

DIFICULDADES

Retomada do crescimento

A indústria tem 40% de capacidade ociosa, e um grande contingente de mão-de-obra desempregada. Pode aumentar a produção sem grandes investimentos, recontratando os funcionários, se o governo baixar os juros e dilatar os prazos de recolhimento dos impostos

Com o reaquecimento da economia os preços tendem a subir mais por causa do aumento da demanda tanto de produtos finais como de matérias-primas, e a inflação pode explodir. Sem juros atrativos o governo também terá dificuldade para financiar a dívida pública. Mexer nos impostos agora pode provocar uma crise fiscal

Reforma tributária

O governo pode adotar uma reforma tributária de emergência, baseada num acordo mínimo, para garantir um fôlego financeiro no ano que vem

O alcance dessa medida é curto. Paralelamente, o governo precisa montar um projeto mais amplo, que pode partir de uma revisão das propostas da equipe de Ary Oswaldo Mattos Filho, para 1993, quando haverá a reforma constitucional

Preços e salários

A equipe de Itamar pode aproveitar o crédito de confiança da sociedade para adotar algum tipo de acordo para preços e salários, com a finalidade de evitar uma pressão muito forte sobre a inflação. A reativação das negociações nas câmaras setoriais é uma saída possível. O acordo com o setor automobilístico pode ser um modelo a ser seguido para os demais setores

Essa medida também tem fôlego curto, enquanto não for implantada uma reforma fiscal que equilibre as contas públicas e permita o combate efetivo da inflação. Além disso, o modelo do setor automobilístico só tem chances de funcionar nos setores em que poucas empresas dominam a maior parte do mercado. É muito difícil conseguir um acordo desse tipo com setores mais pulverizados, como têxtil/vestuário e agricultura, cujos preços têm um impacto maior no custo de vida

Abertura da economia

A manutenção do ritmo de abertura da economia, com o atual cronograma de redução das alíquotas do Imposto de Importação, é também uma forma de controlar a inflação, pelo aumento da concorrência.

A abertura acelerada pode levar ao sucateamento do parque industrial de vários setores e aumentar o desemprego. Uma alternativa é revisar a etapa final do programa de abertura, mantendo a redução tarifária já em vigor

Privatização

Manter o ritmo e as normas do programa de privatização, para diminuir o tamanho do Estado na economia e reduzir o déficit público

A venda apressada das estatais pode se tornar um mau negócio, com a transferência do patrimônio público para o setor privado por preços subavaliados. A composição das moedas aceitas na privatização também poderia ser alterada, com a redução do uso das chamadas moedas podres

